

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

HERON LUIS BARROS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**COLONIALIDADE DA NATUREZA NA TAXONOMIA:
NOMENCLATURA BINOMIAL COMO MEMORABILIA DO BOLSONARISMO**

NITERÓI

2022

HERON LUIS BARROS

**COLONIALIDADE DA NATUREZA NA TAXONOMIA:
NOMENCLATURA BINOMIAL COMO MEMORABILIA DO BOLSONARISMO**

Monografia apresentada ao curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de bacharelado em Produção Cultural

Orientadora Ana Lúcia Enne

Niterói

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B277c Barros, Heron Luis
Colonialidade da Natureza na Taxonomia : Nomenclatura Binomial como Memorabilia Bolsonaroista / Heron Luis Barros. - 2022.
48 f.: il.

Orientador: Ana Lúcia Enne.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2022.

1. Memória. 2. Colonialidade. 3. Taxonomia. 4. Bolsonaroismo. 5. Produção intelectual. I. Enne, Ana Lúcia, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO
CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois , às quinze horas e trinta minutos , realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense – CEPEX/UFF nº 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **COLONIALIDADE DA NATUREZA NA TAXONOMIA: NOMENCLATURA BINOMIAL COMO MEMORABILIA DO BOLSONARISMO**, apresentado por **Heron Luis Barros** , matrícula **117033044**, sob orientação do(a) **Profª. Drª. Ana Lúcia Enne**.

A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Profª. Drª. Ana Lúcia Enne**

2º Membro: **Profª. Drª. Marina Bay Frydberg**

3º Membro: **Me. Gabriel Ferreirinho**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição: 10,0 (dez)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Presidente da Banca

Dedico esse trabalho a minha família por todo apoio e confiança, a qual sem ela esse trabalho não seria possível, ao grupo Viadas do Arraso, minha segunda família a qual compartilhei meu tempo na biologia, e as minhas amizades niteroienses que acompanharam de perto esse processo de escrita. Agradeço a Exú por todos os caminhos abertos. Laroyê

RESUMO

Sustentado pela perspectiva pós-estruturalista e decolonial, esse trabalho explora como a colonialidade do saber através nomenclatura taxonômica foi usada no passado para enaltecer figuras colonizadoras e neo imperialistas e como segue ainda hoje, enaltecendo narrativas bolsonaristas, através da representação do Juiz Sérgio Moro na classificação de um molusco, projetando sua memória no tempo histórico do registro taxonômico.

Palavras-chave: Decolonialidade. Memória. Taxonomia. Bolsonarismo

Lista de Ilustrações

Figura 01 – O Escravo do Naturalista.....	32
Figura 02 – Bates pescando tartarugas e aventuras com o jacaré.....	34
Figura 03 – Nomes de aves homenageadas com nomes europeus.....	35
Figura 04 – Manifestação bolsonarista em 30/06/2019.....	42

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Histórico dos congressos de nomenclatura botânica.....	29
--	----

Sumário

1. Introdução.....	9
2. Cultura: Linguagem, representação e memória.....	14
3. Modernidade, colonialidade e decolonialidade.....	22
4. A colonialidade da natureza e seu impacto na taxonomia.....	29
5. Considerações Finais: <i>Lavajatus Moroi</i>, a memória taxonômica do bolsonarismo.....	40
6. Referencias Bibliográficas.....	44

Introdução

Nesse presente trabalho, gostaria de propor algumas reflexões sobre um certo incômodo gerado em mim, em algo que, a princípio, nada tem a ver com a minha formação no curso de Produção Cultural, mas que, ao mesmo tempo, me faz recordar quase todas as discussões que me atravessaram quando líamos e conversávamos sobre cultura, mais ainda quando em respeito à linguagem, memória e política. Aqui também, em uma respeitosa ousadia, com todo meu amorismo no assunto, tentarei costurar retalhos interdisciplinares de minha formação que passou por um breve momento na área das ciências biológicas, e que, apesar do meu desencontro, nunca deixou de me encantar e despertar diariamente a curiosidade pelo mundo.

A ideia de tema dessa monografia surge a partir de um mergulho no mundo da jardinagem, a qual se tornou uma paixão e estudo durante o isolamento social entre 2020 e 2021. Mesmo já gostando muito do tema, foi durante a pandemia que tive a oportunidade de fazer o curso de jardinagem e paisagismo do Viveiro Manequinho Lopes e, conseqüentemente, transformar a minha varanda de apartamento em uma pequena selva. Foi nesse momento, em admiração por um certo gênero de plantas chamado Begonia, que comecei a cartografia etimológica daquelas plantas que eu cultivava em casa, e infelizmente não tive a melhor das descobertas: homenageada ao militar francês Michel Bégon, que além de sua paixão pela botânica, foi um traficante de escravos na França colonial. A partir daí, todo meu aprendizado na nomenclatura botânica passa a ser lido através do prisma da decolonialidade.

A classificação científica, ou taxonomia, é um sistema de agrupamento dos seres vivos a partir de suas características morfológicas e, posteriormente, pela sua ascendência genealógica, como proposto por Charles Darwin. O sistema começou a ser desenvolvido por diversos pesquisadores europeus durante o século XVIII, até que Karl Von Linnaeus, publica seu mais importante trabalho *Systema Naturae*, levando a unificação dos sistemas de classificação da época. O orgulho em seu próprio trabalho se explicita quando lemos no livro com a seguinte frase "*Deus creavit, Linnaeus disposuit*" ("Deus criou, Lineu organizou", em latim). Para fazer tal organização, Lineu segue a utilização da nomenclatura binomial em latim para classificar os seres vivos. Essa metodologia é ainda usada de maneira muito similar na classificação filogenética hoje.

Essa dissertação irá partir de uma perspectiva crítica à história ocidental hegemônica, fundamentada a partir de uma perspectiva decolonial, reconhecendo a longa, perversa e sistemática colonização do sul global pelo norte global, e suas consequências na formação do mundo que vivemos hoje, e principalmente na maneira como produzimos conhecimento dentro de nossas universidades. Aqui, desejo ser mais uma pequena fagulha de contribuição na fogueira da descolonização epistemológica, dando uma leve cutucada nessa metodologia instituída pela a branquitude colonial no passado, e que ainda hoje tem sido usada para reafirmação de narrativas da colonialidade.

Os séculos 18 e 19 são fortemente marcados pelos movimentos de colonização e imperialismo europeu e norte americano que, através da apropriação dos territórios de povos originários, na América, África e Ásia, estabelecem suas colônias e bases militares que possibilitam pesquisadores da história natural a realizarem suas expedições científicas. Parte significativa da fauna e flora entram no sistema de classificação ainda nessa época, privilegiada por conta das inúmeras viagens irrestritas de cientistas europeus que visitam, exploram, mapeiam, coletam e catalogam o novo território invadido.

A metodologia usada por Lineu propõe a utilização de uma nomenclatura onde se cria epíteto formado pelo nome da família e depois um nome inventado (seguindo a regra gramatical da latinização) a escolha do pesquisador que catalogou a espécie. Dessa maneira, refletindo a cultura de seus catalogadores, diversas formas de vida do nosso planeta carregam nomes dos mais diversos tipos, como homenagens a naturalistas, localidades e até mesmo nomes jocosos que compõem trocadilhos, tornando-se objetos de expressão identitária e de produção de memória.

A colonialidade age atravessando todos os aspectos da existência, e dessa maneira tenta emplacar seu modo onde quer que ela possa, por isso, não é de estranhar que as narrativas e as memórias coloniais sejam constantemente evocadas para manutenção da mesma, seja materializando-a em estátuas, pinturas, músicas, ou simbolicamente retratadas como em nomes de museus, edifícios, salões e quadras ou ainda anexadas as teorias do conhecimento e sua respectiva linguagem, representando nomes dos seus agentes em conceitos, fórmulas, leis, teorias, elementos e unidades de medida.

Sendo assim, o que veremos aqui será uma pequena análise de como uma cultura local ou de um tempo, influencia taxonomistas do mundo a expressarem seus gostos, suas memórias e aquilo de relevante que marcou a vida delas ao

nomear uma espécie à comunidade científica, e também trazer exemplos de como a branquitude usou e abusou no passado e ainda hoje usa desse espaço de expressão pessoal dentro da catalogação dos seres vivos para emplacar suas memórias e narrativas.

Encaro a fixação de um sentido simbólico a objetos materiais e a própria vida de indivíduos, populações e espécies da fauna e flora, como a edificação de uma memória e, conseqüentemente, de um discurso, quase como a reprodução material e concreta de uma estátua, disposta em um local privilegiado de atenção que se perpetua ao longo de gerações, e propõem a manutenção de determinados valores no presente, para o futuro. A proposição de uma nomeação fixa e universal dos seres vivos que compõem a comunidade global do nosso planeta é audaciosa, porém, necessária se quisermos compreender melhor a história natural e a evolução das espécies. Entretanto, precisamos nos atentar quais são os sujeitos e discursos fixados nessas nomenclaturas, e também prestar o devido respeito à diversidade cultural e as histórias da humanidade.

Dessa maneira, a partir da ótica decolonial, usarei como apoio os conceitos de sistemas de representação e análise discursiva trazidos por Foucault e Hall, com o objetivo de evidenciar como o objeto final de estudo, o caso do caramujo nomeado de *lavajatus moroi* em homenagem ao juiz Sérgio Moro e à operação Lava Jato, pelo professor Luiz Ricardo Simone na Universidade de São Paulo, serve de exemplo de como os nomes científicos da fauna e flora se tornaram um objeto cultural simbólico para contar uma narrativa bolsonarista, que tem, entre muitos retrocessos, aflorado humores fascistas no Brasil.

No primeiro capítulo, a fundamentação teórica: olharemos para a ideia de *representação* e como ela é fundamental para construção da *linguagem*, como a interpretação dos signos está circunscrita na *cultura* e como a *memória* é uma produção feita no presente, por sujeitos que carregam uma intenção discursiva, que será utilizada para a elaboração de um regime de verdade dentro da produção de conhecimento. Já no segundo capítulo farei uma contextualização histórica de como se formaram os grupos de estudos que criaram a perspectiva decolonial, como o princípio de giro decolonial deve ser pautado através da descolonização epistemológica e o quanto ela é importante para realizar transformações na academia e para trazer igualdade, diversidade e inovação na produção de conhecimento. E no terceiro capítulo, iremos ver como a colonialidade do poder e do saber se articulam com a colonialidade da natureza através da fundação das bases

da biologia moderna. Por fim, colocarei em questão como a classificação filogenética da vida na Terra está também sendo cooptada para a afirmação de narrativas da manutenção da colonialidade e conseqüentemente do bolsonarismo.

Hoje, existem diversas profissões que dialogam diretamente com o mundo natural e que, no seu cotidiano, se deparam com essas homenagens. Não só biólogos, mas jardineiros, paisagistas, floristas, agrônomos, farmacêuticos, médicos parasitologistas, enfermeiros, veterinários, cuidadores de animais, entre toda sorte de gente que lida com a natureza direta ou indiretamente. E, ainda, estima-se que ainda há 60% do mundo natural não catalogado, gerando inclusive disputa dentro da comunidade científica pela autoria desses registros.

Criando um paralelo com o movimento de derrubada de estátuas e mudança de nome de placas que homenageiam e relembram sujeitos representantes da colonização e imperialismo, esse trabalho busca lançar um olhar crítico a alguns desses nomes e homenagens na nomenclatura filogenética. Acredito que o estabelecimento de uma postura crítica a essas memórias somada à educação transformadora de estudantes de biologia, à atualização da conduta de práticas dos pesquisadores, e uma revisão colaborativa de novas catalogações com uma perspectiva decolonial poderá impedir a perpetuação dessa prática por sujeitos que insistem na manutenção da desigualdade e do racismo, contribuindo para a colonialidade do saber e da natureza.

Diferentemente do que se propõe a práxis da colonialidade em omitir-se no discurso e colocar-se como a voz da verdade, localizo-me no tempo: esse trabalho está sendo escrito durante o segundo semestre de 2022, após as eleições presidenciais em nosso país, nos últimos dias depois de 4 anos do (des)governo de Jair Bolsonaro. Me dói escrever o nome desse sujeito nesse trabalho, mas como estamos falando sobre como as construções de memória compõem a dimensão projetiva de nosso futuro, deixo aqui meu asco, minha raiva e minha profunda tristeza pelo que foi viver esse período e deixo também minhas mais profundas intenções para que ao final desse trabalho o fim desse pesadelo esteja mais próximo.

E também me reconheço como sujeito em formação: um jovem adulto, cidadão do mundo, turista aprendiz, descendente de agricultores portugueses que se estabeleceram em São Paulo e de africanos em diáspora que se estabeleceram em Pernambuco; me identifico como homem latinoamericano, mestiço, pardo. Reconheço minha passabilidade branca e os privilégios que ela me concede mesmo

sem reivindicá-los. Reconheço que ela, somada ao privilégio da ascensão de classe conquistada por meus pais, me permitiu ter acesso a uma educação construtivista que contribuiu em muito na minha formação identitária, na construção do meu senso crítico e, conseqüentemente, no acesso nessa universidade pública; reconheço, também, a bolha em que ela me coloca, ao me ensinar uma educação secular, ocidentalista, de base cientificistas, condicionando e limitando meu pensamento desde cedo ao cânone academicista europeu. Lembro também desse meu duplo lugar de privilegiado e também, subalternizado, a esse pensamento, e as inseguranças de viver nesse momento, em uma política nacional e internacional nesse sistema mundo opressor, o qual me transforma também em revoltado, mas agora com teoria. Portanto, no que cabe dentro desse trabalho acadêmico, busco de alguma maneira, contribuir para a transformação de suas velhas normas. É justamente na UFF tive a oportunidade de encontrar professores com sua ampla pesquisa acadêmica que me apresentaram a decolonialidade na teoria, no caso da minha querida professora orientadora Ana Lúcia Enne e também vivê-la na prática na disciplina Encontro de Saberes, onde tive a oportunidade do encontro com grandes mestres de cultura popular, como Mestre Ogan Kotoquinho, Toninho Canecão, Mãe Márcia Vital do Sakpata e txeramoi Agostinho e Marciana, assim como as visitas no Quilombo São José, no Kwé de Ifá e na Aldeia Araponga, experiências que mesmo circunscritas pela institucionalidade da universidade atravessaram meu corpo-território de maneira que ampliaram infinitamente o meu axé e minhas potencialidades para agir nesse mundo. E por fim, devo reconhecer também a responsabilidade de devolver meu aprendizado para sociedade, que deixo neste trabalho, em forma de crítica epistemológica de uma disciplina que não compõe meu campo de estudo nessa graduação, mas pela qual tenho paixão e estudo de maneira amadora. Um campo que ainda está em disputa, que pode e está sendo reivindicado por sujeitos que estão realizando o trabalho de nutrir as narrativas da decolonialidade. No limite, espero inspirar sujeitos que estão contribuindo para o giro decolonial, nas ciências biológicas ou nas ciências humanas, seja trabalhando em reconfigurar as estruturas ou operando para transformar os detalhes.

Capítulo 1 - Cultura: linguagem, representação e memória

*“Um dia terá de ser admitido oficialmente
que o que batizamos de realidade
é uma ilusão até maior que o mundo dos sonhos”*

Salvador Dalí

É de se esperar que cultura seja o conceito central dentro do curso de produção cultural. É uma ideia que somos constantemente estimulados a reelaborar ao longo dos estudos, e, para além das nossas elaborações pessoais, somos orientados por diversas referências etnográficas, antropológicas, sociológicas, artísticas e poéticas, tornando a ideia de cultura em um mosaico caleidoscópico dentro de nós pronto para reelaborar nossas percepções a quaisquer interações e experiências que temos ao longo da vida. A cultura permeia tudo aquilo que nos cerca: nas artes, nas músicas, nos idiomas, nas dietas alimentares, nas práticas cotidianas, nas organizações sociais, nas disposições urbanas, nas narrativas históricas, portanto, ela está e é toda a cosmovisão de uma comunidade ou povo.

Entretanto, aquilo que tudo é, ao mesmo tempo não é nada, então para posteriormente fazer a desconstrução dos cânones acadêmicos ocidentais, precisamos primeiro nos apropriar dele, portanto partiremos de algumas definições de cultura, iniciando nas mais clássicas e abrangentes (e também arcaicas), e depois partiremos para conceituações mais atuais e específicas. Para o antropólogo Edward Tylor, cultura é:

em seu amplo sentido etnográfico, este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, 1871, p.1)

E aqui, em outra definição clássica de Franz Boas, a cultura *“abrange todas as manifestações de hábitos sociais de uma comunidade, as reações do indivíduo afetado pelos hábitos do grupo em que vive e o produto das atividades humanas, como determinado por esses hábitos.”* (BOAS, 1930, p.79)

E por fim, uma definição mais específica de Hall:

A cultura, podemos dizer, está envolvida em todas essas práticas que não são geneticamente programadas em nós, (...) mas que carregam sentido e valores para nós que precisam ser significativamente interpretadas por outros ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento. (...) Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico da vida em sociedade. (HALL, 2016, p. 21)

O que Hall diz aqui sobre a interpretação do sentido, e sobre o domínio simbólico da vida em sociedade, é a investigação que faremos dentro de três dimensões existentes dentro desse grande guarda-chuva conceitual que é o termo cultura, os quais dizem respeito não só ao indivíduo como também ao coletivo e a história, são elas: *linguagem, representação e memória*.

Esses conceitos são complexos e ao longo da história passam por diferentes discussões e redefinições, e, como ponto de partida, utilizarei de maneira resumida, como norte, as produções de Foucault e Hall em relação à linguagem e representação, e Bergson, Halbwachs, Pollak e Le Goff a respeito da memória. Lembrando que não é de minha intenção não é, me referir aos conceitos como definições singulares, e sim, apenas ter um ponto de partida para essa argumentação teórica. É importante aqui dizer que parto da perspectiva de que a linguagem, a representação e a memória são todas construções sociais e, conseqüentemente, estão em constante disputa nas relações de poder. Esse posicionamento é fundamental para desenvolver a minha escrita e será retomado ao longo da dissertação.

Partirei aqui de uma definição Saussuriana genérica, retirada da Wikipédia, que resume a linguagem “*como um sistema formal de signos, regidos por regras gramaticais que quando combinadas geram significados*”. Um signo aqui é entendido entre a combinação de um significante a uma imagem, acústica (fonema) ou ótica (imagem). Entretanto, os significados não estão fixos ou dados no mundo, e são construídos e compartilhados entre sujeitos e comunidades ao longo do tempo. O interlocutor, por sua vez, também terá de fazer o exercício interpretativo daquele signo para que a comunicação seja realizada. Iniciado por Saussure e resumido aqui por Hall, o estudo dos signos dentro de uma cultura será posteriormente definido como semiótica:

O argumento fundamental por trás da abordagem semiótica é que, uma vez que todos os objetos culturais expressam sentido, e todas as práticas culturais dependem do sentido, eles devem fazer uso dos signos; e na medida em que fazem devem funcionar como a linguagem funciona e ser suscetíveis a uma análise que (...) faz a distinção entre

significante/significado, (...) sua idéia de códigos e estruturas subjacentes e a natureza arbitrária do signo. (HALL, 2016, p.67)

Em seu texto Hall, segundo a semiótica saussuriana, resume a *linguagem*, como **qualquer sistema que emprega a signos, qualquer sistema significativo**. Nesse trecho ele fala sobre a interdependência entre a linguagem e a cultura

(...) basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos - o "compartilhamento de significados" - entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outros. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e "deem sentido" às coisas de forma semelhante. (HALL, 2016, p.20)

Aqui, começamos a entender a importância do que Hall chama de "compartilhamento de significados" para uma cultura. Um sujeito só vai compreender o que o outro está comunicando se eles têm a possibilidade de reconhecer o sentido dos signos daquela determinada cultura carrega.

Portanto, uma das formas da construção de signos é a *representação*. Esse termo é amplamente discutido e utilizado de diferentes formas por diferentes autores, porém, para darmos continuidade ao raciocínio, iremos utilizar a ideia de representação elaborada por Hall a partir das leituras de Foucault. Para ele, a representação:

Trata-se do processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem (...) para produzir sentido. Desde já, essa definição carrega a importante premissa de que coisas (...) não possuem, neles mesmos, nenhum sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós - na sociedade, dentro das culturas humanas - que fazemos as coisas terem sentido, que lhe damos significado. Sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro. (HALL, 2016, p.118)

Ou seja, está no processo de *representação* a construção do *sentido* que determinadas culturas dão aos seus signos e códigos. Pensando novamente na dimensão da disputa, podemos refletir sobre a capacidade de mutação das culturas e dos seus respectivos códigos compartilhados. A cultura é algo fluido e mutável, e até mesmo dentro de uma mesma comunidade ou sociedade; em uma mesma temporalidade, temos discursos que, por vezes, buscam fazer a manutenção de determinadas práticas e hábitos (tradição) e também temos movimentos opostos, os quais buscam transformar, oxigenar e, por vezes, apagar certos hábitos e

comportamentos os quais já não estão adequados aquele tempo ou aquela comunidade (contra-cultura). Sendo assim, os signos não têm seus significantes cristalizados no tempo-espaço; os significantes então, se constroem no momento do discurso, pois é através dele que se dá, se tira, se questiona e se transforma o significante.

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault estava no processo de elaboração do seu fundamento de Arqueologia dos Saberes, onde deixa de olhar para os objetos abordados na produção científica e passa a olhar mais para o discurso de quem define, mensura, cataloga e cria esses objetos. Objetificar o discurso para estudá-lo implica localizá-lo no tempo, identificar o contexto histórico do tema e de seu autor, e por fim tentar compreender um pouco melhor a intenção daquele que produz determinado conteúdo, fazendo assim uma *análise discursiva* da produção de conhecimento e daquilo que o autor chamará de “regime de verdade”. Para Foucault:

A verdade não existe fora do poder ou sem poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele devido a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”(FOUCAULT, 1980 apud HALL, 2016 p. 88)

E aqui, para melhor compreender esse recorte, é necessário entender também que a concepção de poder para o autor não é o poder unilateral que é exercido somente de cima para baixo, das classes oprimidas pelas classes dominantes; o poder está capilarizado em todas as relações sociais, e através do discurso estamos o tempo inteiro autorizando ou rejeitando determinados discursos, como Hall nos explica nesse recorte:

(...) o poder não “funciona na forma de uma cadeia; ele circula. Ele nunca é monopolizado por um centro. Ele é implantado e exercido por uma organização como uma rede” Isso sugere que nós todos somos, em algum grau, pegos em sua circulação - opressores e oprimidos. (...) Relações de poder permeiam todos os níveis da existência social e podem, portanto, ser encontradas operando em todos os campos da vida social. (HALL, 2016, p.90)

Dessa maneira, não basta somente decodificar os signos, será necessário entender quem são os sujeitos, e quais são os discursos que são criados para determinar os signos e significados que estão sendo compartilhados dentro das

culturas e na produção de conhecimento. Por isso, o foco desse estudo será no trabalho de sujeitos em posição de poder, que, em sua produção, ativamente significam o mundo e legitimam ou deslegitimam discursos, e que mantêm suas relações de interesse atreladas às suas produções e narrativas.

Sigo então na exposição sobre memória. Tal conceito tem sido, para mim, o mais difícil de abordar. A memória é um tema interdisciplinar que atravessa os campos da filosofia, antropologia, sociologia e psicologia. Algo tão cotidiano e comum não deveria ser tão complexo de abordar, entretanto, diferentemente da cultura e da linguagem em que facilmente podemos exemplificar, a memória não é mostrável, visível ou vivível; ela opera no nosso inconsciente e na nossa subjetividade, na formação de imagens as quais não temos como compartilhar, se não, elaboradas através da representação e, portanto, sempre será uma narrativa elaborada pela linguagem e dos aspectos culturais e sociais do indivíduo ou grupo. A mente e a consciência são pra mim um dos maiores mistérios que podemos encontrar descritos na literatura científica, histórica e literária, portanto sigo abordando o assunto apoiado na teoria, porém com profundo cuidado e humildade para não encompessar qualquer aspecto da subjetividade e singularidade da experiência da memória, ao mesmo tempo que tento entender os aspectos sociais e individuais com os quais ela se apresenta, e compreender melhor seus efeitos na sociedade.

Para lidar com tal complexidade, trago o pensamento do sociólogo Maurice Halbwachs, o qual, por sua vez, inicia suas reflexões acerca da produção de Henri Bergson. Enquanto Bergson faz um ótimo trabalho nas investigações sobre a percepção individual e metafísica da experiência da memória, e como ela opera em nosso inconsciente com o papel da conservação do passado, Halbwachs, influenciado pela sociologia de Durkheim, se propõe a focar mais na memória como *fenômeno social*, e portanto na memória coletiva construída por grupos e comunidades que compartilham (ou não) da mesma cultura, território ou tempo histórico. Como Ecléa Bosi nos aponta

A mudança de visada se dá na própria formulação do objeto a ser apreendido: Halbwachs não vai estudar a memória como tal, mas os "quadros sociais da memória". Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo) mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão;

enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (BÓSI, 1979, p.54)

Outro aspecto fundamental é a perspectiva de que a memória é sempre um *trabalho*, que é exercido no presente, circunscrito pela linguagem, cultura e história do indivíduo. Abaixo, uma exposição de Bosi sobre as reflexões de Halbwachs:

*Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, por que nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, **no presente**, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BÓSI, 1979, p.55)*

Entendendo que a memória é um trabalho, e também tem o seu caráter coletivo, trago esse trecho de Pollak, o qual nos mostra como a memória compõe a identidade do indivíduo e, conseqüentemente, de um grupo, e como esse grupo se articula para fazer a manutenção dessas lembranças:

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (...) Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tomam difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflitos entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, a priori, por terem elementos constitutivos comuns em suas vidas, deveriam sentir-se como pertencentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória. (...). Está claro portanto que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo -quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992, p. 6-8)

Portanto, a memória não existe em um estado de pureza, ela é uma construção social, uma narrativa, e, conseqüentemente, um objeto de disputa.

A memória também possui uma dimensão projetiva. É através da experiência armazenada do indivíduo que ele tem a possibilidade de projetar sua ação para o

futuro. Desde uma criança que aprende empiricamente que ao colocar sua mão no fogo irá se queimar e, portanto, não o fará novamente para evitar a dor, como também na dimensão histórica onde construímos uma memória social através de narrativas, práticas e inclusive objetos materiais como livros, fotografias, estátuas para fazer a manutenção de lembrança do grupo.

Seguimos, então, com as reflexões entre monumentos, estátuas e memória. Volto então a Foucault, dessa vez em conversa com Jacques Le Goff, sobre suas investigações da história da produção de conhecimento em sua *Arqueologia dos Saberes*. Para Le Goff, *“o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”*; e ainda *“tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (um legado à memória coletiva)”* (2003, p. 462).

É importante, também, trazer aqui um pequeno recorte de Foucault sobre a discussão da relação de similitude e complementaridade que existe entre a noção de documento e monumento. Para Foucault:

A história tradicional dedicava-se a "memorizar" os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e a fazer falar os vestígios, que em si não são verbais ou, em silêncio, dizem algo de diferente que o que de fato dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se deixava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, há uma amálgama de elementos que têm de ser isolados, agrupados, tomados eficazes, postos em relação, integrados em conjuntos" [FOUCAULT 1969, apud GOFF, 2003, p. 86)

E diretamente dos escritos de Le Goff:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (GOFF, 2003, p. 473)

Essa concepção será importante, pois meu objeto final não é nem um documento, tão pouco um monumento. É um ser vivo, sobre o qual, com objetivos de classificação taxonômica, é elaborado um documento, com legitimidade científica, que lhe garantirá um nome. Tal nome é escolhido como signo de representação de

uma memória coletiva, e é nesse documento que lhe será conferido tal significado, o qual remeterá a uma memória, garantindo-lhe condição de monumento. E seguindo o proposto em meu trabalho, procuro não só criticar a metodologia epistemológica na taxonomia, mas também desconstruir uma memória elaborada em função da manutenção de uma narrativa de um grupo de extrema direita no Brasil, que entrarei em detalhes no último capítulo.

Cap 2 - Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade

Neste capítulo irei realizar a contextualização e posicionamento político que esse trabalho levará como princípio norteador para enriquecer conceitualmente a proposta de desconstrução epistemológica nas regras nomenclaturais da taxonomia. Aqui abordarei duas perspectivas interdependentes, histórica e epistemológica, ambas dentro do processo histórico de opressão e dominação do Sul Global pelo Norte Global, o qual chamamos de colonialidade.

Entretanto, é vital desenvolver a ideia pois a palavra “colonização” é amplamente insuficiente para descrever o longo processo histórico o qual passamos. Diferentemente do que aprendemos no ensino infantil e fundamental no discurso inscrito nas bases educacionais de nosso país, a colonização não foi apenas a edificação de colônias portuguesas no Brasil nos períodos seguintes à “descoberta” e que supostamente se encerra com a independência das nações. Em ainda poucas palavras, a colonização foi (e ainda é) o longo, violentíssimo sistema de explorações, mercantilização e destruição dos territórios, dos recursos naturais, dos corpos (também territórios), das culturas, dos conhecimentos, das cosmovisões, dos direitos reprodutivos, das memórias, das linguagens e essencialmente da vida e dos modos de vida dos povos originários de Abya Yala e dos sujeitos africanos que foram escravizados e tiveram sua força de trabalho usada para a edificação do que o escritor Ramón Grosfoguel irá chamar de sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (o qual para facilitação da leitura, irei chamar somente de sistema-mundo).

Grosfoguel, sociólogo porto riquenho, será um dos teóricos que irá compor o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade, o qual tomarei como base da minha dissertação. A crítica construída sobre esse sistema-mundo não é nova, e tem sido elaborada por diversos pesquisadores do campo das humanidades com estudos desenvolvidos desde a década de 70, em continuidade da corrente de marxista e pós-estruturalista do pensamento europeu, autores como Foucault, Barthes, Deleuze e Gramsci, que contribuíram para algumas rupturas epistemológicas da modernidade ocidental.

Dando continuidade ao pensamento, começa-se a questionar o valor da crítica desses autores, e também de uma historiografia europeia por conta de seu lugar privilegiado de produção de conhecimento dentro da história, desencadeando

então, nos estudos pós-coloniais com Fanon, Césaire e Memmi, e também no Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, compostos por alguns nomes como Ranajit Guha e Gayatri Chakrabarty Spivak. De acordo com Santiago Castro-Gómez, esses autores:

(...) começaram a mostrar que o colonialismo não é somente um fenômeno econômico e político, mas que possui uma dimensão epistêmica vinculado ao nascimento das ciências humanas, tanto no centro quanto na periferia. Quase todos os autores mencionados argumentaram que as humanidades e as ciências sociais modernas criaram um imaginário sobre o mundo social do “subalterno” (o oriental, o negro, o índio, o camponês) que não somente serviu para legitimar o poder imperial no nível econômico e político, mas também contribuiu para criar os paradigmas epistemológicos dessas ciências e gerar as identidades (pessoais e coletivas) dos colonizadores e colonizados (CASTRO-GOMÉZ, 2005, apud BALLESTRIN, 2013, p.93)

Esse pensamento disruptivo chega ao ocidente com a produção de Stuart Hall, Homi Bhabha e Paul Gilroy dentro dos Estudos Culturais, e posteriormente, em Abya Yala com a formação do Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos. Enquanto a formação latinoamericana ainda estava em gestação, as críticas aos estudos culturais já foram temporalmente pontuais. Grosfoguel coloca:

(...)os latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram os quatro cavaleiros do Apocalipse”, ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, fazendo dois deles (Derrida e Foucault) parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Ranajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos. (...). Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). Para todos nós que tomamos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais. (GROSFOGUEL, 2008, p. 116)

Com a dissolução do grupo por conta de divergências teóricas chegamos aqui então na produção que hoje é reconhecida como grupo Modernidade/Colonialidade, formado por diversos pesquisadores como Santiago Castro-Gómez, Guardiola, Mignolo, Lander, Coronil, Quijano, Zulma Palermo entre outros. Entretanto os limites deste trabalho de conclusão de curso serão insuficientes para trazer a imensa produção da vasta quantidade de pensadores em si, portanto, partirei desse resumo de Pablo Quintero dos principais pressupostos teóricos que o grupo M/C irá produzir. São eles:

1. *A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é comumente aceito;*

2. *A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema-mundo moderno/capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global;*

3. *A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo;*

4. *A assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados;*

5. *A subalternização da maioria da população mundial se estabelece a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade;*

6. *A designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade.*

(QUINTERO, 2019 p.5) [grifo pessoal]

Os grifos apresentam resumidamente o que o grupo irá chamar de respectivamente colonialidade do poder (item 1) e colonialidade do saber (item 6). E temos ainda a colonialidade do ser, a qual representa a colonialidade como ferramenta de controle das subjetividades, brevemente citadas no item 4 e 5. É importante ressaltar que, embora o enfoque deste trabalho seja na colonialidade do saber, esses processos são complementares, interdependentes e mutualísticos, portanto, não poderiam ser estudados separadamente.

Agora veremos como historicamente a ciência ocidental estabeleceu suas bases na colonialidade e vice-versa. O Renascimento, alimentado pelos ideais iluministas, fará uma ruptura na anterior visão religiosa do mundo e começará a estabelecer aqui os princípios do o que hoje chamamos de método científico, que através de experimentos empíricos tentará medir e redescrever a realidade através da ótica cartesiana sobre a materialidade do mundo. Grosfoguel diz:

Descartes substitui Deus, fundamento do conhecimento na teopolítica do conhecimento da Europa da Idade Média, pelo Homem (ocidental), fundamento do conhecimento na Europa dos tempos modernos. Todos os atributos de Deus são agora extrapolados para o Homem (ocidental). Essa Verdade universal que está para além do tempo e do espaço, o acesso privilegiado às leis do universo, e a capacidade de produzir conhecimento e teorias científicas, tudo isto está agora situado na mente do Homem ocidental. O ego-cogito cartesiano ("Penso, logo existo") é o fundamento das ciências modernas ocidentais. Ao criar um dualismo entre mente e corpo e entre mente e natureza, Descartes conseguiu proclamar um conhecimento não-situado, universal, visto pelos olhos de Deus. (GROSGOQUEL, 2008, p.119)

Complementando, Grosfoguel traz do filósofo colombiano Castro-Gómez, o que ele chama de “perspectiva ponto-zero” das filosofias eurocêntricas:

O “ponto zero” é o ponto de vista que se esconde e, escondendo-se, se coloca para lá de qualquer ponto de vista, ou seja, é o ponto de vista que se representa como não tendo um ponto de vista. É esta visão através do olhar de deus que esconde sempre a sua perspectiva local e concreta sob um universalismo abstracto. (...) Em termos históricos, isto permitiu ao homem ocidental (...) representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não-ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade. (...) Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores. (CASTRO-GÓMEZ, 2003, apud GROSFUGUEL, 2008, p. 120)

Podemos então amarrar esse excerto com o que nos traz Foucault em suas reflexões sobre o discurso, como no caso da produção científica ocidental que estabelece regimes de verdade sobre o conhecimento, estabelecendo seu caráter universalista (lembrando brevemente que a ideia de eugenia que sustentou a escravidão foi fortemente amparada pelas produções no campo da filogenia evolutiva).

Em sua produção, Grosfoguel nos traz uma série de estudos de outros autores os quais evidenciam diversas dimensões de atuação da colonialidade,. Nesse trecho recordado dos ensaios de Walter Mignolo, ele sinaliza que o colonizador, com sua chegada, impõe também uma subjugação linguística:

(...)uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria. (MIGNOLO apud GROSFUGUEL, 2008 p.123)

Linguisticamente falando, a colonialidade moldará profundamente o campo da produção de conhecimento. Uma vez que o lugar do deus foi substituído pelo homem branco europeu, o mesmo se fez ser eternamente lembrado com os êxitos de suas produções. Desde as unidades de medida mais cotidianas como Celsius, Fahrenheit, Watt, Volt, até outras mais específicas como Ampere, Newton, Kelvin, entre muitas outras, todas elas nomeadas em torno de seus idealizadores, evocando a memória coletiva cultivada sobre eles, que costumeiramente se limita ao

enaltecimento pela sua contribuição à ciência, e ignora suas trajetórias e os privilégios que tiveram em função da colonialidade do saber e do poder. A mesma narrativa se repetirá no caso dos viajantes naturalistas com a classificação da natureza, que retomarei no capítulo seguinte.

O fenômeno do auto enaltecimento, através do poder da nomeação e do discurso legitimador em torno deles, se expressará também na materialidade, nomeando ferramentas, equipamentos, marcas, territórios e o então foco do meu estudo, formas de vida. Como acima relatado, a colonialidade atua em diversos campos da nossa existência. Falamos sobre a colonialidade do poder, e também da colonialidade do saber, e agora, vou expor como as práticas da colonialidade também afetam os territórios e as formas de vida humanas e não humanas, conceituada por Quijano como *colonialidade da natureza*.

Retomando o argumento de perspectiva do ponto zero, a dicotomia entre homem e natureza e cultura e natureza é fundamental para a edificação ideológica da modernidade. Como nos diz João Roberto Barros, *“retira-se o ser humano da natureza e passa-se a encará-la apenas como uma fonte de obtenção de lucro por meio de manipulação e uso desenfreado de seus recursos considerados apenas como matérias-primas destinadas a criar e alimentar novas tecnologias.”*. Para além da dicotomia material, retomando o pensamento de María Lugones, Heloísa de Holanda propõe que a colonialidade produz também uma dicotomia de gênero, categorizando os indivíduos entre seres humanos e não humanos:

(...)o sistema de gênero surge quando o discurso moderno colonizador estabelece a dicotomia fundadora colonial: a classificação entre o humano e o não humano. Como humano, o colonizador. Como não humano, os nativos indígenas e, um pouco mais tarde, os africanos escravizados, todos vistos como animais e primitivos (HOLLANDA, 2020,p. 17).

Dessa maneira, justificados pela ciência e pela religião, ao colocar os territórios colonizados, os seres vivos do mundo animal e vegetal, e os indivíduos nativos em uma categoria inferior, o homem branco europeu colonizador cria as premissas necessárias para a exploração indiscriminada dos mesmos. E é a partir desse princípio organizador da materialidade e da subjetividade que a modernidade e a colonialidade irão edificar o mundo contemporâneo, o sistema-mundo de Grosfoguel. É fundamental lembrar brevemente aqui o peso das teorias evolucionistas na construção subjetiva da ideia de raça, de populações, e de indivíduo, e como historicamente esse pensamento serviu de base para o racismo, para a colonialidade e para a eugenia.

Fortemente impulsionado pelas grandes navegações e pelo romantismo literário europeu, surgem então a persona dos *exploradores naturalistas*, que assumem, com propósitos fortemente orientados pelas relações mercantis, a missão de catalogar o chamado “novo mundo”, o qual ainda carecia ser “descoberto”. Nesse trecho de um artigo da revista *Nature*, sobre a necessidade de descolonizar a ecologia em suas práticas nos traz em sua apresentação:

O crescimento da Ecologia como disciplina acadêmica é impregnada com o colonialismo. Ecólogos europeus se beneficiaram ao acesso a terra em expedições e bases colonizadoras que ajudaram, e continuam ajudando as teorias fundacionais em ecologia e evolução. Por exemplo, o uso dos termos “neotrópicos”, ou “neotropicais” em revistas ecológicas aumentam rapidamente. Mas que Novo Mundo tropical é esse, e para quem essas regiões megadiversas são uma novidade? A resposta é intrínseca à idéia de “descoberta científica” que descreve o mundo de uma perspectiva pós iluminismo Europeu. Além disso, estudos que vieram a formar essa ecologia científica ocidental foram usados para justificar controle social e ambiental, inclusive para tirar posse da terra e do modo de vida desses indivíduos que passaram pelo processo colonizador, deslegitimando todos os seus sistemas de conhecimento. Esse processo foi potencializador para indústrias coloniais como a da borracha, do açúcar e a silvicultura, que foram essenciais para a emergência da ordem do mundo moderno e para a continuidade da violência do sistema econômico global amplamente baseado na extração predatória. (TRISOS et al. 2021, p.1205) [tradução livre]

Dessa maneira podemos notar como, desde as bases fundadoras, passando pela modernidade e chegando até os dias de hoje, no discurso acadêmico e científico a colonialidade está imbricada nos processos de produção de conhecimento, sendo assim fundamental uma descolonização do ponto de vista epistemológico. Trago aqui esse trecho da tese de Ohana Boy Oliveira, para ressaltar o caráter retroalimentativo que a colonialidade do poder exerce entre ciência e cultura:

É impressionante notar, portanto, como as práticas colonialistas do século XIX, por mais que tenham “boas intenções”, são atualizadas, nas devidas proporções, no século XXI, sendo reproduzidas na televisão, na mídia, na universidade e em espaços acadêmicos reorganizados com base epistemológica no Iluminismo, nas políticas públicas seletivas etc. Tal perspectiva eurocêntrica limitada é autorizada por uma instância de poder econômico, político e cultural, simbólico e material construído para tal justamente através da exploração de outros países do mundo e suas culturas e populações. (OLIVEIRA, 2020, p.64)

Sendo assim, fica explícito o papel da colonialidade na produção de conhecimento dentro da academia ocidental, não só na episteme, mas também na

exploração dos recursos naturais e humanos necessários para realização de estudos, na dicotomia entre natureza e homem europeu/cultura europeia, na elaboração de sistemas de organização dos seres vivos, e, como veremos a seguir, na produção de subjetividades e de memória circunscrita na colonialidade da natureza.

Capítulo 3 - A colonialidade da natureza e seu impacto na taxonomia

Para avançar minha argumentação, precisaremos voltar um pouco atrás para amarrar o pensamento decolonial junto à história das ciências biológicas e da taxonomia. Voltamos então a Carl von Linnaeus (1707-1778), considerado o príncipe da botânica e um dos fundadores da ecologia moderna. Lineu dedica longa parte de sua vida aos estudos de botânica, e à “organização” e classificação das plantas e animais, levando-o a publicar um dos seus mais importantes trabalhos, o livro *Systema Naturae*, o qual ele formaliza o uso de um sistema de classificação formal da fauna e flora usando o método de *nomenclatura binomial*. Esse método já havia sido elaborado anteriormente em uma publicação de 1622 por Gaspar Bauhin, entretanto, Lineu foi o responsável pela divulgação e popularização por padronizar seu uso em suas publicações.

Após ter sido amplamente difundido e ter seu uso padronizado pelos naturalistas do século XVII e XVIII, congressos internacionais vêm sendo realizados para a formalização do método. Hoje temos o **Código Internacional de Nomenclatura para Algas, Fungos e Plantas** (ICBN) e também o **Código Internacional de Nomenclatura Zoológica** (ICZN). O quadro ao lado indica o subsequente número de publicações do ICBN, cada uma delas lançada após o Congresso Internacional de Botânica. Mesmo após diversas reelaborações, a metodologia segue muito similar a sua idealização primária.

Ano de publicação	Nome informal
1867	Laws of botanical nomenclature
1883	Laws of botanical nomenclature, ed. 2
1906	Vienna Rules
1912	Brussels Rules
1935	Cambridge Rules
1950	Amsterdam Code
1952	Stockholm Code
1956	Paris Code
1961	Edinburgh Code
1966	Montreal Code
1972	Seattle Code
1978	Leningrad Code
1983	Sydney Code
1988	Berlin Code
1994	Tokyo Code
2000	St Louis Code, The Black Code
2006	Vienna Code
2012	Melbourne Code
2018	Shenzhen Code (atual, capa azul)

Porém, antes de chegarmos ao código atual, precisamos revisitar a história das ciências biológicas, e como a colonialidade do poder privilegiou e criou as

condições necessárias para a produção de conhecimento de tais pesquisadores.

Para embasar a argumentação, tomarei emprestadas as elaborações de Ohana Boy Oliveira acerca do trabalho da Mary Louise Pratt. Os naturalistas europeus se privilegiaram em grande parte daquilo que Pratt traz como “zona de contato”. De acordo com Ohana:

Mary Louise dá atenção especial ao que chama de “zonas de contato”, conceito para falar das interações realizadas nos encontros entre os viajantes e os povos “visitados”, problematizando o papel dos relatos de viagem na construção da identidade que o outro relatado passa a reproduzir sobre si mesmo. (...) Outra definição da autora para o termo é o “(...) espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (PRATT, 1999 apud OLIVEIRA, p.46, 2020).

É nessa condição de “zona de contato” que diversos naturalistas irão utilizar da sua posição privilegiada dentro da colonialidade para classificar o “novo mundo”. Para não fazer uma leitura anacrônica, tomo as palavras de Ohana Boy, quando ela diz que *“apesar de não terem “más intenções” com seus relatos, precisamos ressaltar que tais viajantes não só estavam inseridos no contexto de colonização como eram beneficiados por eles”*. Esse argumento de anacronismo será posteriormente retomado, pois o mesmo será utilizado por taxonomistas para manutenção do status quo das regras taxonômicas.

E quem são esses viajantes naturalistas? Para não fazer uma grande análise historiográfica, trarei somente dois exemplos desses “desbravadores”: Augustine de Saint-Hilaire e Carl von Martius.

Augustine de Saint-Hilaire (1779-1853) viajou o Brasil durante os anos 1816 a 1822, visitando os estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, coletando, de acordo com Centro de Referência em Informação Ambiental *“As viagens de Saint-Hilaire resultaram na coleta de cerca de 30 mil exemplares, dos quais seis a sete mil espécies foram de plantas. A maioria das espécies coletadas era descrita pela primeira vez na história em seus livros.”* Além de tal comportamento classificado como biopirataria pela pesquisadora Edilamar Rodrigues na PUC-GOIÁS, Saint Hilaire só foi capaz de adentrar tais lugares do Brasil auxiliado amplamente pela mão de obra escravizada de africanos e indígenas brasileiros (wiki).

Carl von Martius (1794-1868) visitou o Brasil em 1817 a 1820, percorrendo cerca de 14 mil km, realizando o que foi considerado na época uma das maiores

expedições de exploração da fauna e flora brasileira. De acordo com a reportagem da BBC, “*mais de 22 mil espécies de plantas foram coletadas, estudadas e catalogadas. Segundo especialistas, é quase a metade de todas as espécies da flora brasileira.*” Tais amostras também foram exportadas para Europa, as quais foram amplamente estudadas por pesquisadores locais, que levaram a publicação da classificação taxonômica de suas coletas *post mortem*.

Poderia trazer outros exemplos como Joseph Banks, Daniel Solander, Thomas Cook, Philibert Commerson, Domingos Vandelli, Mariano da Conceição Veloso, Augustin de Candolle, Johann-Baptist Spix, Giuseppe Raddi, Johann-Emanuel Pohl, Johann Natterer, todos eles viajantes estrangeiros que vêm ao Brasil com o objetivo, segundo Lorelai Kury, estudar e catalogar a fauna e flora brasileira. É preciso lembrar que alguns deles como, por exemplo, Alexander von Humboldt, fazia sérias críticas ao sistema de escravidão, e são vistos hoje até como progressistas para sua época, entretanto, é necessário novamente reconhecer também que todos eles fizeram uso do trabalho de sujeitos escravizados em suas expedições, beberam dos saberes dos povos originários, sistematizando tal saber na língua do colonizador, e furtaram quantidades inumeráveis de materiais animais e vegetais, enviando-os para seus países de origem, edificando o campos de conhecimento que hoje chamamos de taxonomia, botânica, ecologia, geologia, entre outros. Como diz Kury:

*O período da Independência foi uma época áurea para as viagens científicas de europeus ao Brasil. Configurou-se aí um padrão que iria se reproduzir por mais de um século: a Europa como locus produtor de conhecimento sobre a natureza brasileira. Esse tipo de saber baseava-se no domínio teórico e prático da história natural e na posse do material necessário para sua execução. Essa espécie de dominação científica era possível em um contexto em que cabia à história natural realizar um grande inventário das espécies do planeta e descrições gerais do clima e da configuração das terras descobertas, conquistadas e colonizadas. O processo de desenvolvimento do conhecimento científico permitiu que se elaborassem métodos de trabalho que buscavam prescindir dos saberes locais ou, então, torná-los hierarquicamente menos valiosos. (...). **O grande ciclo das expedições científicas do século XIX consolidou uma determinada maneira de produzir conhecimento sobre a natureza.** (KURY, p.1, 2022) [grifo pessoal]*



Pintura "O escravo do Naturalista" de Jean Baptiste Debret de 1816

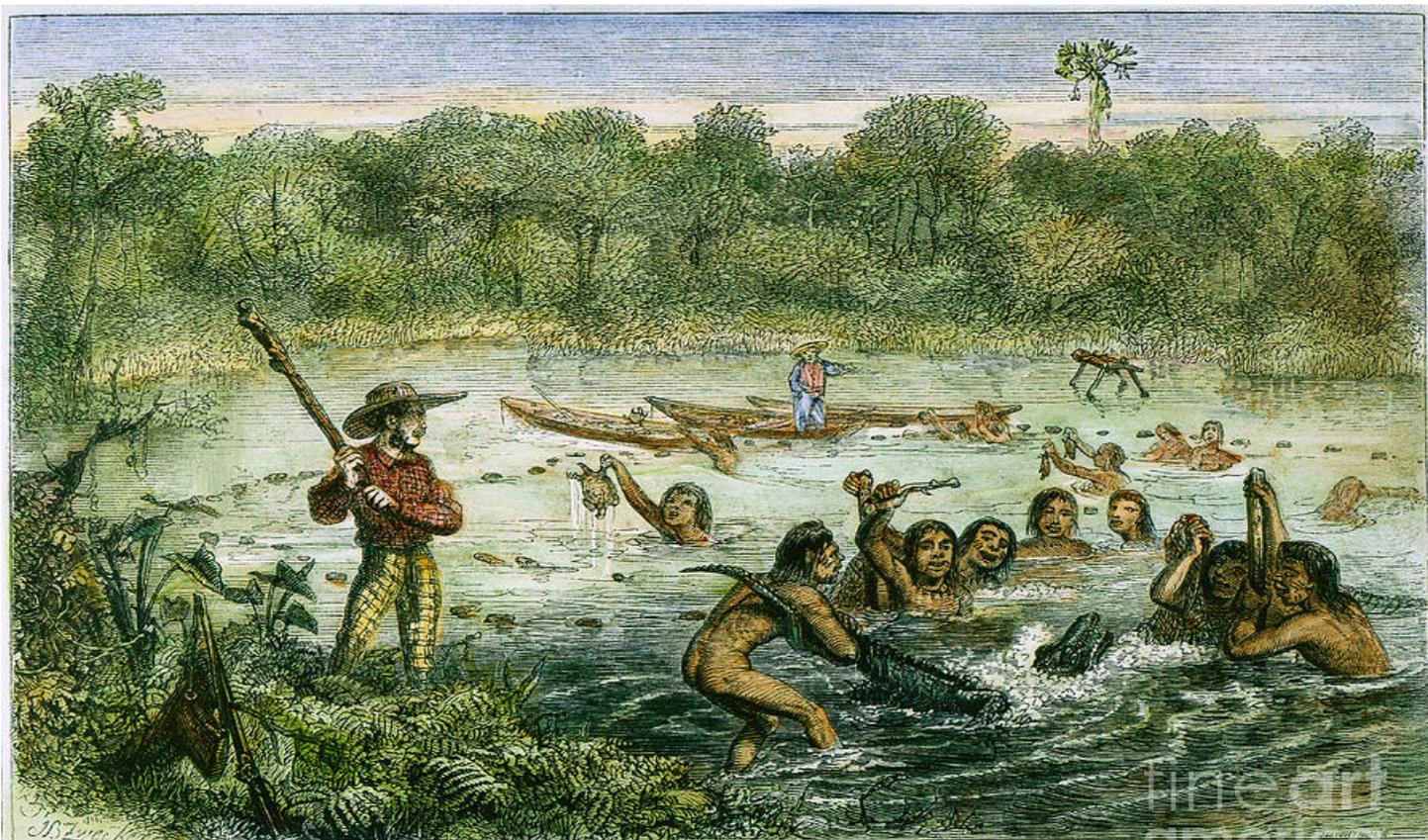
Embora o artigo de Kury tenha um tom de enaltecimento das aventuras dos viajantes naturalistas mais do que a crítica de suas práticas, ela evidencia o peso da colonialidade do poder na construção do conhecimento científico europeu, e também das práticas de colecionadores e comerciantes de objetos e seres vivos do "novo mundo", o que retomo como uma prática de colonialidade da natureza através da biopirataria:

Os museus e jardins botânicos europeus eram os principais beneficiários das coletas de caráter oficial. Alguns viajantes, apesar de também suprirem coleções públicas, entraram no circuito do mercado de animais, plantas e minerais considerados "exóticos" aos olhos dos europeus. Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates enviavam coleções para a Grã-Bretanha para custear suas expedições pela Amazônia. George Gardner financiava sua viagem com a coleta, para colecionadores privados, de plantas da moda, como cactos e orquídeas, e de animais vistosos, principalmente

*insetos. O horticultor belga Louis van Houtte esteve no Brasil de 1834 a 1836 para coletar plantas de valor comercial e reproduzi-las em estufas europeias, visando o mercado de luxo. De todas essas viagens e coletas resultaram os materiais que permitiram aos europeus desenvolver conhecimento botânico, zoológico e mineralógico sobre o Brasil.(...) **Mesmo um naturalista que nunca tivesse viajado poderia associar seu nome a espécies brasileiras.** (KURY, p.4 2022) [grifo pessoal]*

Acredito que a partir desses relatos fica evidente o grande leque de métodos e práticas a qual a colonização impactou diretamente os bens materiais, os saberes imateriais e a vida e os modos de vida dos humanos, animais e plantas que ocupavam esse continente anterior ao encontro com o homem europeu. Caso minha argumentação ainda pareça insuficiente, em um artigo da revista Ciência Hoje, o professor doutor Ildeu de Castro Moreira faz um grande compilado de escritos de Darwin, Wallace e Bates que, em suas expedições na América do Sul, relatam a importância fundamental da ajuda de negros escravizados e indígenas locais, desde ensinando-os as diferenças entre as palmeiras, realizando a coleta de pássaros e insetos mais raros e difíceis de se capturar, e principalmente, na garantia da sobrevivência dos mesmos, encontrando água potável, alimento e o caminho de volta para suas bases, pois, por não conhecerem a geografia e a paisagem local, constantemente se perdiam nas matas.

É seguro dizer que as expedições de coletas promovidas por esses últimos três cientistas citados acima serviram de base fundamental para a elaboração de suas teorias sobre a evolução das espécies, um dos conhecimentos mais importantes para a ciência moderna, e o não reconhecimento dos sujeitos que tornaram isso possível só revela ainda mais a relação retroalimentativa entre as

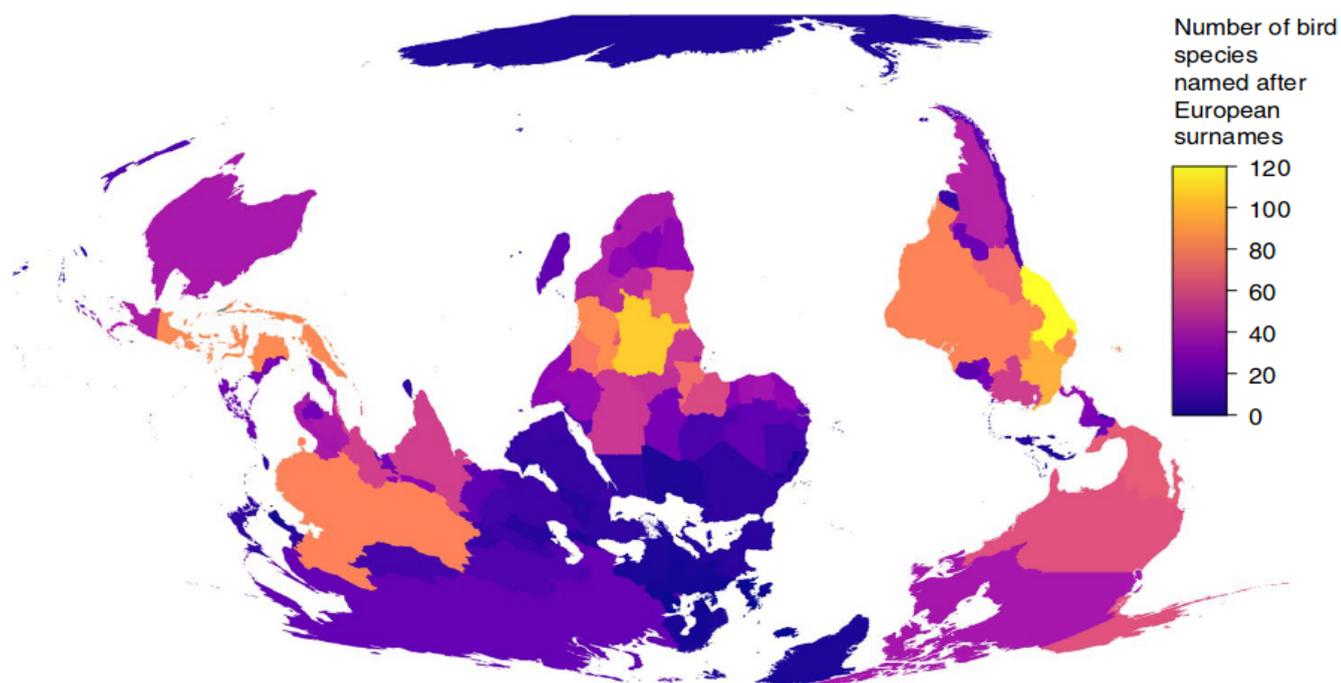


TURTLE-FISHING AND ADVENTURE WITH ALLIGATOR.

colonialidades do poder, saber e natureza ao explorar os corpos, os territórios, os saberes, conhecimentos, e a força de trabalho para matar, sequestrar e criar em cativeiro, espécies de fauna e flora nativas, para então, medir, pesar, observar,

desmontar, classificar e ainda (re)nomear essas formas de vida, elaborando um conhecimento sistematizado em língua estrangeira que será posteriormente usado para subjugar, dominar e escravizar esses mesmos povos, e que hoje, no tempo presente, ainda explora seus corpos e sua força de trabalho e destrói seus territórios de modos de vida em nome de um suposto “desenvolvimento”.

Portanto, aproveito a deixa desse grifo da última citação para estreitar os aspectos da análise da colonialidade da natureza e voltar ao objeto do meu estudo, os nomes científicos. A partir daqui, minha pesquisa começa a focar em produções de pesquisadores e pesquisadoras do campo das ciências biológicas, os quais também reconhecem o impacto que a produção de alguns indivíduos têm durante o exercício da nomenclatura taxonômica. O infográfico abaixo evidencia a dimensão do uso de homenagens a sujeitos europeus na nomenclatura (somente) de aves:



O mapa mostra uma estimativa mínima para cada país com o número de espécies de aves onde o binômio latim é baseado em uma pessoa europeia. Centenas de espécies de aves foram nomeadas com sobrenomes europeus, e em sua maioria espécies que ocorrem fora da Europa em países que passaram pelo processo colonizador. A taxonomia é usada para organizar o mundo em unidades reconhecíveis, e taxonomistas frequentemente nomeiam espécies homenageando colegas ou patronos da elite do Norte Global. Entretanto, esses nomes carregam pouca informação ecológica comparado com seus nomes originários locais, que por sua vez eram relacionados aos hábitos e usos étnicos. Os nomes de espécies e territórios ocupados por essas aves foram obtidos pelo site da International Union for Conservation of Nature. Para estimar o número de espécies de aves nomeadas a despeito de sobrenomes europeus, nós acessamos na Wikipédia os nomes de ornitólogos e mastozoólogos e seus países afiliados, assim como a lista de nomes mais comuns na Europa. Seus binômios foram então comparados, ambos em gênero e espécie, para traçar as correspondências. Todas as correspondências foram checadas individualmente e nomes comuns que levaram a múltiplas correspondências onde uma espécie talvez não tenha sido nomeada em função de uma pessoa específica, foram removidos, incluindo os nomes Gallo, Galli, Collis e Marin. Os dados das espécies nomeadas em função de sobrenomes europeus foram então distribuídos nas respectivas regiões dos países. (TRISOS et al. 2021, p.1206)[tradução livre]

É ainda mais curioso notar não só a vasta quantidade de homenagens a sobrenomes europeus a aves que não são europeias, mas também a baixa ocorrência de nomes europeus em aves europeias, que, por sua vez, levam nomes

associados ao seu comportamento, morfologia ou habitat. Para não me manter somente em dados quantitativos, trago aqui então apenas alguns sujeitos homenageados compilados a partir de uma série de sete artigos em uma discussão sobre o tema na revista TAXON (publicação de referência internacional no campo da taxonomia). São alguns deles John Cecil Rhodes, António de Oliveira Salazar, Rainha Vitória, George Washington, Thomas Jefferson, Napoleão Bonaparte, Cristóvão Colombo, Adolf Hitler, entre outras figuras que compartilham similarmente uma infame reputação. Trago aqui, como curiosidade, o caso do besouro de Hitler, *Anophthalmus hitleri*, nomeado pelo colecionador austriaco Oskar Sheibel em 1933, que hoje corre extremo risco de extinção devido a neo-nazistas colecionadores de memorabilia nazista que ostensivamente coletam e revendem os insetos.

Impulsionados pela crítica decolonial, o movimento de protesto “Rhodes Must Fall” inicia-se em 2015 na África do Sul, denunciando o racismo institucional e exigindo a remoção de homenagens a Cecil John Rhodes, incluindo uma estátua de bronze que residia na universidade da Cidade do Cabo. Tal movimento teve fortes repercussões e atingiu outras instituições que também mantinham homenagens a Rhodes como Harvard e Oxford; também igrejas e estátuas das rainhas Elizabeth II e Victória no Canadá após o pedido de desculpas do Papa Francisco assumir a responsabilidade da igreja católica canadense no genocídio de crianças indígenas, e ainda em um obtuso, porém, inegável paralelo, com a queima da estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo em 2021, todos os atos pautando a derrubada de signos que fazem celebração da memória da colonialidade.

Coincidentemente, esse trabalho está sendo escrito no mesmo momento em que a revista TAXON tem publicado, nos últimos dois anos, uma discussão muito similar a que eu trago aqui. Gideon Smith e Estrela Figueiredo vão levar a revista à discussão sobre o impacto da colonialidade na nomenclatura científica:

Uma das mais notáveis consequências do colonialismo sistêmico na botânica, que prevalece durante vários séculos (...) é o efeito que teve nos nomes científicos dos organismos descritos nos países que foram colonizados. (...). Plantas coletadas nos países colonizados foram invariavelmente descritas em livros, artigos e outras publicações que foram publicadas pelos colonizadores, no idioma do colonizador, nos países colonizadores (maioria Europeus) e em idiomas (latim botânico) que não são falados nos países em que foram coletadas. Uma das consequências de espécies sendo descritas e publicadas por botânicos estrangeiros, é que frequentemente elas homenageiam pessoas que não são nativas do país onde foram coletadas, prática que continua até hoje. Ainda mais, sob o colonialismo, as pessoas homenageadas são

frequentemente associadas à própria colonização, indo de funcionários que eram colecionadores ou homenagens a patronos que poderiam favorecer o financiamento de suas expedições. (SMITH & FIGUEIREDO, 2022, p.2) [tradução livre]

E, nesse trecho, eles evidenciam a necessidade de renovação das regras do ICBN:

Referindo-se a estátuas, Chigudu (2021) nota que “seu propósito é sempre sobre o presente e não sobre o passado”. Elas falam sobre quais aspectos de nossas heranças culturais que escolhemos honrar no espaço público, e o porquê. Os nomes de plantas também são “espaço público”; eles são usados globalmente e são ensinados nas escolas. Inúmeros nomes de plantas foram, e ainda são usados, para homenagear pessoas, e já que até o presente momento o Código não previne autores de criarem epítetos ofensivos ou epítetos que inter alia homenageiam pessoas vergonhosas é provável que futuramente outros epítetos vão ser considerados controversos e vão gerar solicitações de remoção. (SMITH & FIGUEIREDO, 2022, p.3) [tradução livre]

Ao final de 2021, Timothy Hammer e Kevin Thiele irão propor algumas alterações no ICBN, que, resumidamente, legitimam a rejeição de epítetos inapropriados ou culturalmente ofensivos por (a) insultar uma pessoa ou um grupo de pessoas; (b) homenagear uma pessoa que a comunidade taxonômica considera que não deveria homenageado ou (c) causa grande ofensa a determinado grupo social. Também é proposto que pode ser solicitada a alteração de nomes em uso caso este pedido passe pelos critérios acima citados. É ainda proposta a adição de um décimo “Comitê Permanente de Nomenclatura sobre Nomes Culturalmente Ofensivos ou Inapropriados”. Tais medidas são justificadas em cima de artigos como de Smith e Figueiredo e outros ((SMITH & FIGUEIREDO, 2022; HAMMER & THIELLE, 2021, 2022; EVANS 2020; KNAPP & TURLAND, 2020).

As duas últimas publicações citadas renderam outros sete artigos de argumentação e contra argumentação na revista TAXON, entre eles, proposto por Sergei Mosyakin, a ideia de que tais alterações iriam gerar uma bola de neve de pedidos de alterações, ou então a ideia de que a mudança de tais nomes promoveria um apagamento da história e uma condenação da memória desses indivíduos. Tal argumento é respondido por Figueiredo afirmando que a história acerca da taxonomia e da catalogação da espécie não seria destruída e sim desconstruída e adaptada às convenções atuais e que, por sua vez, a não mudança desses nomes seria de fato uma manutenção do status quo da colonialidade

epistemológica e a estagnação da disciplina no tempo. Extraio do texto de Hammer e Thiele um trecho que resume, cirurgicamente, a justificativa de seu trabalho, e que, na minha perspectiva, é o ponto central da discussão:

*A taxonomia, como qualquer ciência, está embutida na cultura. Isso pode ser tanto produtivo (sendo a ciência uma importante expressão da cultura) como contraprodutivo (quando a ciência promove ou perpetua normas culturais problemáticas). É um fato da vida que as culturas mudam; às vezes as ciências que são embutidas nas culturas precisam mudar em uníssono. (HAMMER & THIELE, 2021, p.1392)[tradução livre]*¹

Após essa exposição, acredito que fica evidente como a práxis histórica da taxonomia foi atravessada pela colonialidade do poder e do saber, através da representação de seus senhores nos nomes científicos de fauna e flora dos territórios colonizados, fazendo a manutenção de uma memória social que enaltece agentes da colonialidade ainda hoje, pois, para edificar uma memória e construir uma narrativa em torno desses agentes, é necessário apagar e fazer esquecer as violências que os mesmos cometeram.

Acredito que a atualização do ICNB e de tais homenagens infames seja uma pequena reparação que a comunidade científica possa oferecer como reconhecimento da sua trágica trajetória histórica, assim como pode reconhecer a contribuição dos povos originários e em diáspora que foram omitidos nesse processo, ao, por exemplo, usar nomes locais, ou em línguas originárias de onde foram coletados em substituição a tais homenagens.

Antes de finalizar o capítulo, deixo aqui o exemplo do engenheiro e naturalista João Barbosa Rodrigues (1842-1909), que, embora ainda condicionado à forte cultura e mentalidade colonial por conta de seu tempo histórico, escreve um texto de nome “Mbaé Kaá” (que em tradução do guarani significa “o que tem na mata”), onde ele registra a nomenclatura e classificação botânica guarani, em que ele busca correspondências taxonômicas e classificatórias com o sistema ocidental. Tal nomenclatura se estende em comunidades de sul a norte do país, em quase todas as etnias e comunidades que falam línguas derivadas do tronco Tupi. E não somente era uma nomenclatura que designava sistematicamente as “*espécies por nomes tirados dos caracteres das folhas, flores, frutos, ou de propriedades como cheiro, sabor e dureza*”, mas também como um sistema de classificação botânica que

¹ As propostas de Hammer e Thiele para realizar as alterações ao ICNB serão votadas no Vigésimo Congresso Internacional de Botânica em 2024.

organizava os vegetais em gêneros e famílias. Enquanto a obra toda vale a leitura pela riqueza da perspectiva, trago somente esse trecho em que ele reconhece que *“se entre eles (indígenas) houvesse chegado o conhecimento da escrita, estou certo de que muito ensinamento haveria sido produzido, e seria superior ao de muitos sábios da antiguidade européia”*

No seguinte capítulo, veremos como, dentro de uma das mais renomadas universidades do país, o uso da classificação taxonômica tem sido usado para a criação de um objeto simbólico de memória que tem como objetivo dar corpo a narrativas do fenômeno que tem se convencido a chamar de “bolsonarismo”.

Capítulo 4 – Considerações finais: *Lavajatus moroi*: A memória taxonômica do bolsonarismo

Nesse momento do texto, chego ao tempo político atual. Não espero que esse trabalho se proponha a explicar detalhadamente os acontecimentos, nem mesmo servir como registro ou documento de memória política, deixo essa responsabilidade aos historiadores e jornalistas, porém, sigo aqui com a minha análise do conjunto da ópera, mirando nas repercussões políticas expressadas na cultura e nas subjetividades dos sujeitos que contribuem com a produção de conhecimento no campo da taxonomia. Esse trabalho nunca se propôs a ser politicamente imparcial, tampouco se prestar a dizer uma única versão da história, sendo assim, a narrativa a ser tecida a seguir não é a única que existe na boca do povo brasileiro.

Na época da pós-verdade e da explosão articulada de *fake news*, a disputa para construção de um regime de verdade na política e pela história tem se tornado incompativelmente violenta, atingindo o absurdo de homicídios entre civis motivados por divergências políticas. Tal polarização divide o país nos últimos anos, e é muito possível que a perspectiva apresentada aqui cause divergência entre os leitores do meu trabalho, mas, assim como diz Chimamanda Ngozi Adichie, temos que ter cuidado com aqueles que contam uma única história. Em suas palavras “*Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.*” Escrevo esse texto, divulgando a minha pesquisa para compor somente mais uma pequena história no grande livro de contos da humanidade.

Os últimos anos da política no Brasil têm sido amplamente conturbados e seria impossível tentar resumir de forma explicativa, nas linhas restantes deste texto, o acontecimento que tem sido o “bolsonarismo”. De maneira pragmática pego emprestada a definição da própria Wikipédia, que segue:

Um fenômeno político de extrema-direita que eclodiu no Brasil com a ascensão da popularidade de Jair Bolsonaro, especialmente durante sua campanha na eleição presidencial no Brasil em 2018, que o elegeu presidente. A crise do petismo durante o governo Dilma Rousseff, precipitada e acelerada pela crise político-econômica de 2014, fortaleceu a ideologia bolsonarista e a nova direita brasileira, que se inserem no contexto da ascensão do populismo da Nova Direita em nível internacional. O bolsonarismo permanece como a ideologia predominante do governo

Bolsonaro e é associado à retórica de defesa da família, do patriotismo, do conservadorismo, do autoritarismo, de elementos neofascistas, do anticomunismo, do negacionismo científico, do porte de armas, da rejeição aos direitos humanos e da aversão à esquerda política, bem como pelo culto à figura de Bolsonaro, frequentemente chamado de "mito". (artigo "Bolsonarismo" da Wikipédia, acessado em novembro de 2022)

O bolsonarismo é muito mais que o dito no pequeno parágrafo acima, e ainda renderá muitos estudos em diversos campos do conhecimento. Tal movimento continua inflamado, principalmente após a vitória de Lula nas eleições presidenciais deste ano.

É importante trazer, aqui, um breve panorama sobre as condições políticas que foram estabelecidas para que Bolsonaro chegasse ao poder. Primeiramente, o grande golpe político-midiático-institucional que foi articulado para proceder com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, no qual, no processo de votação na Câmara, o próprio Bolsonaro homenageou o torturador pessoal de Dilma durante o tempo em que a mesma ficou presa durante a ditadura militar de 1964. Hoje, são incontáveis o número de evidências que apontam a inconstitucionalidade do impeachment, como, por exemplo, a prisão do próprio relator do pedido, Eduardo Cunha, ou então declarações do ex-presidente Michel Temer.

Tal configuração instável do país permitiu a então guinada da chamada Operação Lava-Jato. Operação realizada pela polícia federal que perdurou por 6 anos, e teve como principal motivo o combate à corrupção. Porém tal investigação foi amplamente controversa, e, em seus momentos finais, comandado pelo Juiz Sérgio Moro, foi iniciado o processo de investigação do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva. Em abril de 2018, devido ao desengonçado malabarismo jurídico e midiático de Moro, Lula é preso preventivamente, o que impede sua candidatura às eleições presidenciais do mesmo ano, quando então, Bolsonaro é eleito. Assim, a Lava Jato se torna um ícone e o juiz Sérgio Moro se torna um herói, amplamente comemorado pelo bolsonarismo e seus apoiadores.



Sérgio Moro retratado como super-homem e Lula como presidiário em protesto em Brasília

Em 2019, o processo contra Lula é derrubado e ele é solto da prisão, em um Brasil já governado por Bolsonaro. Em 2021, todas as acusações contra ele são anuladas, reconhecendo o abuso de poder realizado pelo então Sérgio Moro. Em 30 de Outubro de 2022, Lula é eleito presidente novamente.

Mas para além de comemorar a vitória de Lula, meu objetivo aqui é analisar uma das faces do bolsonarismo, que é a sua constante manipulação de fatos e criações de narrativas e fake news, que contribuem somente com a desinformação e só estão em circulação compulsória pois Bolsonaro não conseguiria chegar onde chegou por vias justas e democráticas.

E trago aqui então o meu objeto final, exemplo que amarra todas questões aqui trazidas: o caso do molusco *Lavajatus moroi*. Um caramujo de carapaça translúcida, descrito pelo professor Luiz Ricardo Simone. No artigo da classificação o mesmo diz que “homenageia o Juiz Sérgio Moro e a Operação Lava Jato em sua luta por um Brasil melhor”, sendo a translucidez da concha uma alusão à transparência do processo da investigação, quase uma piada pronta devido aos abusos de autoridade exercidos pelo juiz.

Essa, portanto, torna-se mais uma das maneiras de atuação do bolsonarismo: o uso da classificação de seres vivos, para criação de um documento-monumento,

autorizado pela comunidade taxonômica, com o objetivo de fazer a manutenção de uma memória coletiva, que endossa o regime de falsa-verdade proposto pelo movimento bolsonarista. Tal memória será reativada toda vez que esse artigo for citado, toda vez que outro caracol for descrito no mesmo gênero. Memória que está atualmente em disputa, quando em rede nacional um homem que foi comprovadamente preso injustamente é chamado de “ex-presidiário” pelo presidente da república em exercício.

E como se não bastasse o impacto político, tal molusco agora poderá seguir o mesmo destino do besouro de Hitler, ser colecionado por bolsonaristas que idolatram o juiz, que, mesmo politicamente no escanteio, com comprovada má gestão da operação da Lava Jato, e dos abusos de autoridade, foi eleito senador neste mesmo ano com quase dois milhões de votos somente no estado do Paraná.

Concluindo, meu argumento aqui é: a colonialidade da natureza vai além da exploração material dos recursos naturais, ou desapropriação dos territórios dos povos originários e da biopirataria. Em uma relação mutualística com a colonialidade do ser, ela atua também em nossa subjetividade, ao representar a natureza com o nome, memória e narrativa do colonizador; ela transforma em mercadoria, material e intelectual, a existência dos seres vivos; ela sequestra a memória material através da apropriação predatória de fósseis e coleções botânicas e também contamina a memória subjetiva dos indivíduos e das culturas, nomeando o mundo natural com o nome de seus senhores, e, como se não fosse suficiente, perpetua uma cultura de fanáticos reacionários em disputa não só da subjetividade (através, por exemplo, da nomenclatura), mas também do corpo material desses seres e o conseqüente risco da perpetuação natural de uma espécie. E o bolsonarismo só é possível no Brasil devido ao mesmo ter se edificado através dos herdeiros da colonização, e ser assombrado até hoje, não pelo fantasma do comunismo como proposto pelo movimento, e, sim, pela muito viva colonialidade.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma única história. TED Talks 2009;

BALLESTRIN, Luciana: América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, 2013;

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. acesso em <https://ensaiosnotas.com/2013/08/15/franz-boas/>;

BOSI, Ecléa. “Bergson, ou a conservação do passado” in Memória e sociedade - lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro: 2007;

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes, São Paulo, 1999;

GOFF, J. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão; 5a edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003;

GROSFUGUEL, Ramón: Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 2008;

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013;

HALL, Stuart. Cultura e representação. - Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio; Apicuri 2016;

HAMMER & THIELE. (119–122) Art. 51 & 56, Div. III, Revista TAXON 70 (6), Dezembro 2021;

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. 1. ed Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KURY, Lorelai. As expedições naturalistas no Brasil no século XIX. Cienc. Cult. São Paulo , v. 74, n. 3, p. 1-6, set. 2022 . Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 dez. 2022.

MOREIRA, Ildeu Castro. O Escravo do Naturalista. Revista CIÊNCIA HOJE • vol. 31 nº 184, 2002;

MOSYAKIN, Serguei. If “Rhodes-” must fall, who shall fall next ?. Revista TAXON 71 (2) Abril 2022;

OLIVEIRA, Ohana Boy Aspectos da colonialidade do saber, do poder e do ser - uma análise das performances de Regina Casé em sua trajetória televisiva. Niterói, 2020;

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n10, 1992;

QUINTERO, Pablo.; FIGUEIRA, Patrícia.; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. São Paulo, Ed. MASP 2019

RODRIGUES, João Barbosa. Mbaé kaá tapiyetá enoyndaua [A botânica e a nomenclatura indígena]. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1905.

SMITH & FIGUEIREDO. “Rhodes-” must fall: Some of the consequences of colonialism for botany and plant nomenclature. Revista TAXON 71 (1), Fevereiro 2022

SMITH et al. Dealing with inappropriate honorifics in a structured and defensible way is possible. Revista TAXON 71 (5), Outubro 2022

SMITH et al. Taxonomists have an opportunity to rid botanical nomenclature of inappropriate honorifics in a structured and defensible way. *Revista TAXON* 00 (00), 2022.

THIELE, Kevin. Meet Hitler's beetle — the species going extinct because of its name. ABCNews, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2021-12-16/hibberts-flowers-hitlers-beetle-species-named-history/100702442> Acesso em dezembro de 2022

TRISOS, Christopher; AUERBACH, Jess; KATTI, Madhusudan. Decoloniality and anti-oppressive practices for a more ethical ecology. *Nature, Ecology & Evolution* Vol 5, Setembro 2021.

TYLOR, Edward B.. *Primitive Culture* 1871, p.1 acesso em <https://ensaiosnotas.com/2014/10/08/1076/>

YVES F. Zoltvany, "BÉGON DE LA PICARDIÈRE, MICHEL," in *Dictionary of Canadian Biography*, vol. 3, University of Toronto/Université Laval, 2003—, disponível em http://www.biographi.ca/en/bio/begon_de_la_picardiere_michel_3E.html. Acesso em Dezembro de 2022

Centro de Referência em Informação Ambiental. O Herbário Virtual A. de Saint-Hilaire. (sem local). 22 de jul. de 2013. Disponível em <http://blog.cria.org.br/2013/07/o-herbario-virtual-de-saint-hilaire.html>. Acesso em dezembro de 2022

BLACK, Richards. Pesquisa calcula em 8,7 milhões número de espécies existentes. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110824_especies_numero_pesquisa_rw. Acesso em: 4 dez. 2022.

BOLSONARISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em:

<<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bolsonarismo&oldid=64772988>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carl_Friedrich_Philipp_von_Martius&oldid=63838967>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ELKINS, Ruth Fans exterminate “Hitler” beetle. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/fans-exterminate-hitler-beetle-6232054.html>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

LINGUAGEM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Linguagem&oldid=64263571>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

LOPES, Marcos. Carl von Martius, o alemão que explorou as entranhas do Brasil e “batizou” nossa natureza. BBC News Brasil, [30 janeiro 2019]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46995817>